

Arqueologia Militar do Sul de Angola: breve resumo histórico e apontamentos de campo

André Serdoura*

pp. 101-118

Recentemente a investigação arqueológica tem apostado no estudo, localização e escavação dos locais de conflitos da história humana. Da confirmação da localização de um campo de combate e dos seus pontos de apoio à evolução do terreno pós-evento, têm ocorrido intervenções um pouco por todo o mundo: campos medievais de Aljubarrota e Agincourt, o famoso planalto de Waterloo, os caóticos cenários da Guerra Civil Americana, as trincheiras de França ou as aldeias destruídas pela Guerra Civil Espanhola.

Angola em geral (e no caso deste artigo em particular o Sul) mostra-se promissor para este tipo de investigação. De facto, em setembro de 2015 foi realizada uma prospeção não intensiva (condicionada pelo fator tempo) por uma equipa de investigação do CEAUP, mas que forneceu várias evidências e locais de interesse patrimonial e arqueológico.

Esta prospeção decorreu em duas áreas distintas: primeiro na província do Kunene, seguida de uma rápida procura nas serras da província da Huíla.

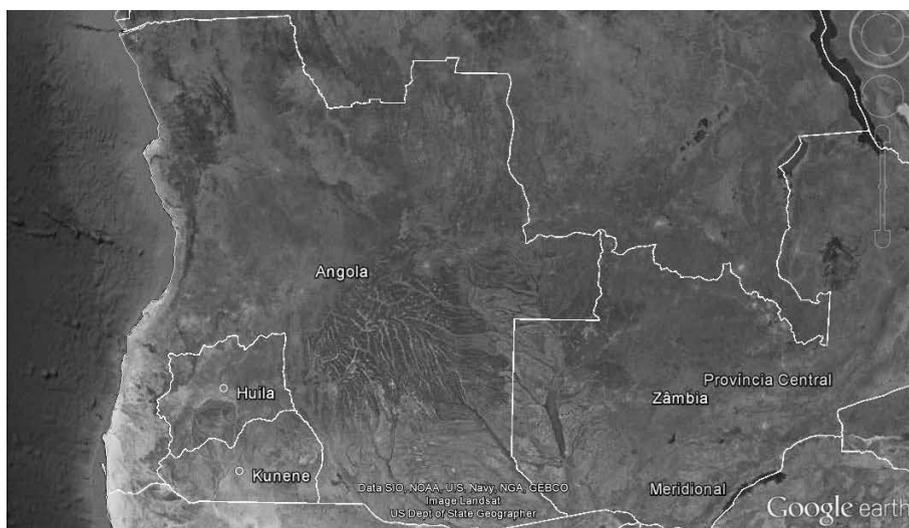


Ilustração 01 - Mapa da Província da Huíla e do Kunene.

* CEAUP.

1. Sinopse da história militar do sul de Angola

Até à sua independência, pode dizer-se que de certa forma, o Sul de Angola obedece militarmente a três períodos:

- uma ocupação pré-colonial, onde já seriam comuns os conflitos e do qual se conhece pouco, sobretudo no que respeita a vestígios materiais;
- o dos conflitos coloniais (1830-1974), no qual ocupação europeia cresce sobretudo a partir dos finais do século XIX e inícios do século XX e onde vigora já um esquema de ocupação militar imperialista com grandes contingentes integrando igualmente soldados indígenas;
- e um último (1975-2002), no qual uma grande fase de conflitos internacionalizados (África do Sul, Cuba, EUA, URSS) atingiu igualmente o Sul.

1.1. Primeiro Período - Os conflitos pré-coloniais em Angola

Este período da história angolana é o que mais pode beneficiar das investigações arqueológicas locais. Na verdade, muito pouco se sabe sobre a pré-história e sobre a história pré-colonial de Angola, e muito do que se sabe vem de fontes coloniais. Quando passamos ao aspeto militar as conclusões são geralmente baseadas em especulações e interpretações vindas de períodos já históricos e de origem europeia. Podemos listar alguns pontos com evidências pré-históricas, como *Tchitundo-Hulo* com as suas gravuras na rocha, os abrigos a norte do *Ebo* registados por Carlos Ervedosa (Oosterbek, 2013: 22-23) ou as estações possivelmente pertencentes aos bosquímanos no vale do *Curoca* (Campos, 2013: 35), porém as evidências das relações entre os grupos étnicos e as unidades sociopolíticas são um pouco vagas. Temos noção da grande vaga migratória *Bantu*, que varreu o Sul e o Centro de África. No Sul de Angola talvez o grande choque étnico seja entre *bosquímanos* e os *Bantus*:

«É incontestável que os bosquímanos eram detentores duma civilização e que esta preencheu muito mais as agudas necessidades do tempo que a barbárie tão asperamente revelada pelo bantu conquistador» (Gonzaga, 1963: 28).

Os *Bantu* terão assim entrado em Angola pela zona central, indo em direção ao Bié, passando pelo *Humbe*, chegando finalmente à região de Benguela, assentando ao longo do caminho e criando subgrupos étnicos locais (Anacoreta, 2014: 56-57).

Como terá sido então este primeiro contacto? É impossível afirmar que tenha havido conflito sem serem reunidos dados arqueológicos suficientes.

Para conseguirmos dados de conflitos armados temos que avançar para a chegada de Europeus que vão relatando aquilo que testemunham (com mais ou menos exagero).

Percebemos assim que se tinham criado identidades políticas muito centralizadas, como o Reino de *N'gola* (no Norte do futuro país), que possuía grandes cidades que inspiravam espanto nos próprios Europeus. O Padre Francisco de Gouveia, pertencente a uma comitiva enviada ao reino mencionado, diz em 1564:

«Neste ano de sessenta e quatro se queimou a cidade de Angoleme, onde el-rei residia, e dez vezes se pôs o fogo [...] foi a coisa mais espantosa o fogo de Angoleme [...] porque uma cerca tamanha como os muros da cidade de Évora, com cinco ou seis

mil casas de palha e madeira muito grossa e muros de paus altos e grossos, tecidos de palha e canas [...] era o mais medonho estrondo que se podia imaginar».

As fontes portuguesas mostram que as guerras eram frequentes:

«Em 1837, o tenente João Francisco Garcia foi nomeado regente, mas, não tendo soldados nem poderes, esse único representante de Benguela, por intermédio de Quilengues, viu-se obrigado a deixar continuar as habituais devastações mútuas entre os sobas da Huíla, dos Gambos e de Quilengues» (Pélissier, 1986: 77).

De facto, estas depredações são constantes na historiografia portuguesa de Angola, ao ponto de os poderes coloniais apoiarem em benefício próprio este ou aquele soba, tentando levá-los ao estatuto de vassalagem em troca de apoio militar (exemplo do Cuamato). Esta política será mais evidente quando entrarmos no *momentum* expansionista do século XIX.

1.1.1 Arqueologia da Huíla - breve apontamento sobre os recintos murados

A título de exemplo do muito que se poderá retirar da contribuição da arqueologia para o conhecimento dos conflitos angolanos, este ponto apresenta os dados conhecidos sobre estes monumentos, tão característicos desta fase da pré-história Angolana: os famosos Recintos Murados da Huíla.

O caso estudado pela missão acima referido foi o do recinto do *Jau*. Este localiza-se a cerca de 36 km a Sudoeste da cidade do Lubango (antiga Sá da Bandeira), a cerca de 1 750 m do nível do mar e a uma vintena de quilómetros do bordo do planalto da Huíla.

O recinto do *Jau* (ou *Eleu*) insere-se na tipologia básica de estrutura amuralhada para esta zona (Serdoura & Guimarães, 2015: 84-85). Segundo as descrições de Vítor Oliveira Jorge e Adriano Vasco Rodrigues, os planos e alçados dos troços ainda observáveis das estruturas não diferem grandemente (Serdoura & Guimarães, 2015: 84-85). No geral, acabam

«ocupando sempre o topo de um pequeno cerro ou elevação rochosa. Das medidas podemos dizer que os diâmetros (medidos do interior) rondam os 30 metros nos mais pequenos e os 650 metros no caso de recintos como o designado por Huíla I. A maior parte possui uma espessura considerável, sendo o valor mais reduzido de 1,5m, como é o exemplo do recinto do Munhere. Noutros casos encontramos espessuras até aos 3,70m (na base) como ocorre em Ococapunda» (Serdoura & Guimarães, 2015: 84-85).

Outros vestígios são relatados, como fundos de cabana, lareiras, restos de ocupações quotidianas (moinhos manuais). No *Jau*, segundo Vasco Rodrigues existiria uma fonte ou mina de água, guardada pela cerca, e elementos que ele designou como *covas de lobo* (Rodrigues, 1969: 171). Infelizmente estes vestígios mais ténues não foram confirmados com a última prospeção ao *Jau* devido à densa camada vegetal que cobre agora o morro. Uma limpeza e levantamento cuidadoso por certo confirmariam estes elementos ou a conservação dos mesmos. Mas foi possível um reconhecimento breve das suas cinturas de muralhas (duas aparentemente), pormenores das mesmas e algum material de superfície. Estas encontram-se em estado de ruína, com troços de pano de muralha desaparecidos ou, mais comumente derrubados, sendo assim impossível conhecer-se a sua altura real nesta fase. A primeira cintura de muralha, quase na base do esporão, envolve o morro que tem na sua extensão mais larga quase 300 m e na mais estreita cerca de 200 m.



Ilustração 02 - Aspeto do morro do Jau. Foto de André Serdoura.

À medida que se sobe o morro deparamo-nos com caminhos criados no meio da vegetação e que passam por afloramentos rochosos que por certo seriam aproveitados como delimitadores de percurso ou visibilidade. No topo encontramos uma cintura amuralhada menos extensa, mas mais bem conservada. Foi aqui que se conseguiram observar algumas características mais próprias desta estrutura. A construção no geral dos panos de muralha é feita com pedras graníticas, de pequeno e médio porte. Nenhuma parte da estrutura recorre a argamassas ou elementos consolidantes do aparelho e o aparelho em si é caótico, sendo perceptível zonas onde foi possivelmente remendado. Em altura, as secções mais bem conservadas e monumentais têm cerca de 2.5 m e cerca de 1.5 m de largura. Mais comum é ainda erguerem-se à altura do peito de uma pessoa de altura média atual. Em alguns pontos observa-se o curioso uso de esteios fincados como elemento de contenção do aparelho. As únicas aberturas propositadas desta estrutura são algumas frestas (também chamadas de *Seteiras*, apesar de parecer que um tiro com flecha aqui fosse difícil dadas as dimensões da abertura, cerca de 0.30 cmx0.30 cm e 1.5 m de profundidade) e orifícios tipo nichos, fechados no fundo e abertos apenas na face interior da muralha. Seriam frestas que foram inutilizadas? Ou orifícios para os ocupantes guardarem pertences?

Seja como for, estamos perante uma monumentalidade que condiz com as descrições de relações tribais, ou seja, de povos já habituados a razias e que desenvolveram um dispositivo arquitectónico, não perecível, onde pudessem recolher de forma recorrente e até mesmo resguardar o gado (a sua fonte de riqueza). Dada a monumentalidade, não seria para os povos locais segredo que ali existiam estruturas semelhantes. É de crer que os ocupantes do Jau jogassem com esse *domínio da paisagem* e recorressem a um controlo espacial a partir do recinto elevado. A possibilidade de existência de um recinto vizinho, que ocupa o morro próximo daria aos defensores também controlo sobre a passagem no vale entre o Jau e a serra vizinha. Trata-se de uma vertente da Arqueologia da Paisagem que interessava aplicar intensivamente a este tipo de estrutura monumental por forma a acumular provas contra ou a favor deste sentido.



Ilustração 03 - Pormenor de um troço de muralha no Jau.
Atente-se ao esteio que faz a contenção do aparelho. Foto de André Serdoura.

Ao longo do percurso do recinto foram ainda detetados à superfície materiais líticos, tais como núcleos ou um moinho manual, dando mais peso à ideia de atividades de subsistência dentro de muros, sendo porém duvidosa a antiguidade desde vestígios devido à falta de contexto arqueológico selado.

No geral, o Jau (e demais estruturas semelhantes) apresentam-se promissores no contexto da arqueologia Angolana, tanto pelo estudo dos seus elementos defensivos/militares como as atividades quotidianas que dentro deles decorriam.



Ilustração 04 - Núcleo talhado encontrado no Jau. Foto de André Serdoura.

Para este contexto de Arqueologia Militar interessa então estudar de forma profunda a funcionalidade de tais fortificações, a sua lógica estratégica, organização interior e proceder a uma comparação rigorosa entre amuralhados semelhantes dentro e fora de Angola. Muito à semelhança da Arqueologia Militar Europeia era conveniente criar-se também um glossário geral de termos técnicos que possa ser aplicado aquando da descrição dos recintos. Ocorre neste momento o conflito entre o termo *seteira/fresta* como já foi referido acima e apontado num artigo anterior desta revista. Era útil saber se existem elementos análogos da arquitetura militar como parapeitos, bastiões, fossos etc. Muito existe por estudar e inventariar. De momento apenas podemos deixar apontamentos exaustivos para que um dia uma investigação bem sustentada possa avançar no Sul de Angola que cubra estes tópicos.

1.2. Segundo período - Os conflitos coloniais

A segunda fase histórico-militar, que, segundo René Pélissier, se inicia em finais dos anos 40 do século XIX (*Pélissier*, 1986: 178-179) é pautada pelo desejo de *branquear* o Sul de Angola, tentando criar uma rede comercial viável, recorrendo a imigrantes europeus (

alguns brasileiros). De facto, «*as autoridades de Lisboa e de Luanda [...] julgavam ter encontrado nas partes salubres do Sul o terreno de uma regeneração colonial, de um micro-brasil*» (Pélissier, 1986: 178). Começava assim o investimento de recursos humanos europeus no Sul. «*Descontando os que entretanto morreram ou regressaram, Moçâmedes e os pontos intermédios até à Huíla fixaram cerca de 400 pessoas.*» (Pélissier, 1986: 179).

Mas antes deste avanço tímido para o interior, temos um assentamento costeiro igualmente discreto. Refira-se uma expedição por mar, de Pedro Alexandrino da Cunha, cujo reconhecimento costeiro levou à criação do fortim de S. Fernando, em Moçâmedes (1840). Deste relato capta-nos a atenção o facto da «*guarnição inicial [ter sido quase completamente] preenchida por degredados portugueses*» (Anacoreta, 2014: 75-76).

Mas apesar de subtil, não deixou de trazer comerciantes e gente de negócios dos assentamentos mais próximos (Benguela e Luanda), dando assim começo a uma rede de entrepostos costeiros (Anacoreta, 2014: 76). Nesta altura das ligações entre indígenas e Portugueses, ainda se assiste a relações de poder que não são unilaterais. Verdadeiramente são vários os casos de Portugueses que efetivamente prestavam um tributo a chefes Africanos:

«Em 1841, João Francisco Garcia, chefe do Estabelecimento de Moçâmedes, dirigiu-se às terras do hamba da Huíla [...] e solicitou-lhe concessão dos vastos terrenos do Namibe para fixação colonial. O hamba concordou, desde que os Portugueses o auxiliassem a combater os seus inimigos [...] quem não se conformou com isto foi o hamba do Jau [...] o qual chegou mesmo a ameaçar Garcia de que estava inclinado a descer do planalto para expulsar os Portugueses do litoral» (Anacoreta, 2014: 77).

Passamos então para um momento em 1848-9 em que as tentativas de fixação militar, na Huíla, já se traduziam em vestígios *monumentais* (alguns fortins mal guarnecidos). Acrescentando a isto, fazem-se já sugestões de exploração e assentamento além Kunene. Pélissier relembra-nos que a pessoa que orientou a fixação dos colonos nestes ditos pontos intermédios no entre Huíla-Moçâmedes, Abreu e Castro, recomendou logo após um ano de presença sua em África a «*ocupação das duas margens do Cunene, a penetração do Cuanhama e ligação fluvial a Moçambique*» (Pélissier, 1986: 180). Continuamos numa colonização a nível comercial, trazendo o governo de então imigrantes brasileiros (fugidos das convulsões Brasileiras) e portugueses (algarvios maioritariamente). Cerca de 1860 já se tentava colonizar o sopé da Serra da Chela e a Bibala. Nascia pouco depois uma fortaleza em Capangombe (1862) enquanto decorriam alguns atritos tribais que ocasionalmente absorveriam tropas metropolitanas.

As notícias de confrontos entre estados indígenas são variadas, especialmente sobre as famosas *Guerras do Nano*, que de forma recorrente faziam razias nas povoações (indígenas ou europeias). Em 1856 nos *Gambos* a autoridade colonial continuava instável.

«Em maio de 1855 o governador Costa Leal enviou um sargento, seis soldados e uma pequena peça de artilharia para que instalassem um fortim [...] O novo Soba [dos Gambos], que se fizera muito mais hostil aos portugueses [...] intimou a minúscula força a desfazer-se da artilharia» (Pélissier, 1986: 181).

Após as alterações que fizeram com que o governador de Moçâmedes saísse do assentamento com uma coluna considerável (80 soldados, quatro peças de artilharia e 150 carregadores) juntaram-se tropas avassaladas do *Soba* do Dumba, cerca de 50 000, segundo

Pélissier (Pélissier, 1986: 181-184) e passou-se à razia dos *Gambos* e do *Humbe* (1856). Estes avanços e recuos diplomáticos e militares, entre Portugueses e Indígenas vão manter-se até finais do século XIX, quando se torna imperativo proceder a uma ocupação efetiva do terreno. Até lá ficamos com uma ideia de sobrevivência dos estabelecimentos Europeus, e de uma contínua guerra entre estados africanos, algumas vezes secundado por forças Portuguesas, conforme convinha conjunturalmente.

Uma segunda fase ganha ímpeto na época em que se mantém o contexto comercial da colonização mas dispondo agora de um apoio militar melhor coordenado e planeado. Esta alteração torna-se evidente a partir da Conferência de Berlim (1885). Em Moçambique assiste-se já em 1895 a um prelúdio do que iria acontecer em Angola. As táticas utilizadas contra os *Vátuas* de Gungunhana, por exemplo, vão ser aperfeiçoadas e adaptadas aos sertões do Kunene. E as táticas de combate indígenas vão mostrar uma enorme fluidez e astúcia capazes de provocar reveses sérios. O mais célebre exemplo sendo o desastre do *Vau do Pembe*, em 1904, quando uma força de quase 2000 homens cruzou o Kunene a 19 de setembro.

«A 20, 21, 22, 23 e 24 houve combates à distância [...] os Cuamatos tentaram matar os bois e os cavalos a fim de paralisar a coluna [...] o governador Aguiar enviou, a 25 de setembro, em reconhecimento, um destacamento [...] 500 homens [...] além de numerosos auxiliares armados. Eram todos comandados pelo capitão Pinto de Almeida [...] os Cuamatos que estavam ocultos entre árvores, começaram por disparar sobre os oficiais e depois avançaram. A cavalaria – em má utilização de tal arma – carregou sobre as árvores e, naturalmente, perdeu as montadas [...] os Cuamatos estavam a 100-150 metros e tinham concentrado um poder de fogo invulgar na África negra e, de certeza, desconhecido em Angola» (Pélissier, 1986: 190-191).

Para terminar este desastrosos evento, os poucos sobreviventes da coluna debandaram com a própria artilharia a fazer fogo sobre eles, numa tentativa de reter o avanço dos Kwamatos. O acontecimento vai gerar duas situações: uma *«a nível interno, o gentio sentia agora maior confiança para efectuar as suas razias e pilhagens de gado [segundo] a nível internacional, esta situação deixava antever fraqueza [por parte da ocupação Portuguesa]»* (Regalado, 2004: 14-15).

Isto culminará no reforço do dispositivo militar português e uma ação punitiva em 1907. Veloso de Castro, testemunha do decorrer desta ação e diz-nos isso mesmo: *«a gente do Cuanhama redobrava da audácia, e investia como tantas outras vezes, com os povos que nos eram afeiçoados e a quem devíamos protecção. Era necessário terminar com este estado de coisas»* (Regalado, 1908: 15).

De facto a ocupação em força começa em *Mulondo* (1905) quase como um *aquecimento* por assim dizer. Com a Campanha dos *Kwamatos* vamos observar a criação de uma linha de penetração bem guarnecida, baseada na construção de postos fortificados (fortins) de onde poderiam sair contingentes de exploração ou manutenção (Regalado, 2004: 20-21). A linha vai seguir um velho caminho pelo arvoredado, para o *Kwamoto*, construindo-se quatro fortes em pontos estratégicos (*Aucongo*, *Damequero*, *Tchabela* e *Kwamoto Grande*, perto do destruído *Ehumbo* real). Os *Ehumbos* reais deveriam também, por lógica punitiva da altura, ser destruídos e assim aconteceu com os do *Kwamoto Pequeno* e *Grande*, o primeiro destruído pelos Portugueses e o segundo incendiado pelos próprios *Kwamatos* em fuga. Em 1915 voltamos a assistir a uma situação semelhante no *Kwanhama*, depois do levantamento populacional no *pós-Naulila*. O incidente de *Naulila* foi o resultado de um in-

cidente em 1914 entre tropas alemãs (da Namíbia) e portuguesas. Ainda antes de haver declaração de guerra entre a Alemanha e Portugal, já trocas de fogo ocorriam na fronteira Sul Angolana. O posto forte de Naulila foi punitivamente destruído pelos Alemães e as tropas Portuguesas debandam para a margem norte do Kunene, deixando a zona do Kwamato e Kwanhama desguarnecida. Para vingar Naulila e submeter de novo o Sul, o general Pereira d'Eça assentou pé no terreno da *Môngua*, que segundo Pélissier «*é um campo de carnificina que deveria ser tão conhecido como Isandlwana*» (Pélissier, 2006: 362). Tentando ser breves na descrição da magnitude deste recontro, enumere-se que estavam presentes 60 bocas de fogo e metralhadoras, 80 camiões (inovação no sertão), 317 oficiais, 6166 tropas europeias e 736 tropas africanas, mais uns quantos auxiliares Bóeres e indígenas (Pélissier, 2006: 361-362). Do lado Kwanhama, liderados por *Mandume Ndemufayo* deveriam estar, segundo Pélissier, entre 11 000 a 13 000 guerreiros. A composição das forças seria variada, entre Kwanhamas, Kwamatos, Ovampos etc. A extensiva força Portuguesa entrincheirou-se no local, junto às cacimbas (poços de água que estavam protegidas pelos Kwanhamas). O combate decorreu entre os dias 17 e 20 de Agosto de 1915), até ter sido quebrada a resistência local, tendo Mandume fugido.

Angola só voltaria a conhecer guerras coloniais a partir de 1961 e no Norte. Contudo, estas caracterizam-se por serem agora formadas por conflitos imensamente mais dinâmicos que as rígidas movimentações do século XIX e da primeira metade do século XX.

Depois da independência, em 1975, Angola teria ainda de lutar pela sua definição como país. Seguiu-se uma longa guerra civil até 2002, que no Sul se traduziu pela intervenção Sul Africana e Cubana até ao fim do conflito. O Sul de Angola ganha assim as cicatrizes de uma guerra não muito fria.

1.2.1. Os vestígios arqueológicos – resultados da campanha de 2015

Na mais recente prospeção feita tivemos oportunidade de correr alguns terrenos no Kunene e Huíla (como já foi acima descrito) e verificar as marcas dos conflitos no património humano e natural.

Neste ponto vamos descrever, de forma abreviada, por área e não cronologicamente. Na província do Kunene, a prospeção começou no dia 17 de setembro de 2015. Apesar da base de investigação ter partido do estudo das campanhas do Kwamato (1907) e Kwanhama (1915) no âmbito de um estudo histórico-militar da região, a equipa aproveitou para efetuar um registo arqueológico completo dos pontos por onde passou. Isto quer dizer que se deu importância a todo o tipo de ocorrências, mesmo aquelas que saíam do espectro cronológico inicial.

O método utilizado de prospeção foi o não intensivo (por motivos de tempo e logística), recorrendo a um carro cedido pela Diocese de *Ondjiva* e guiados pelo Pde. Feliciano da mesma Diocese. Foram escolhidos alguns pontos prévios para onde a equipa foi conduzida. Ao longo dos percursos fizeram-se alguns altos para registo de elementos detetados durante a viagem. O registo foi gráfico e descritivo, sendo a georeferenciação feita através de dois aparelhos: um sistema de *GPS* incorporado numa das câmaras fotográficas e um sistema *GPS Garmin*, cedido pelo departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Para o registo gráfico utilizaram-se uma placa de giz e uma fita métrica para escala, tirando-se fotos gerais (planos, perfis de elementos variados) e de pormenor (materiais de superfície, gravuras e incisões em árvores, etc.).

1.2.1.1. Prospecção no Kunene

Aqui começaram os trabalhos de prospecção. Como já foi referido, todo o projeto partiu de uma abordagem específica de História Militar do Sul de Angola, com alguns locais selecionados dos relatórios de campanha, passando no terreno a uma abordagem geral, tentando criar uma base o mais abrangente possível, seguindo, porém, um traçado que correspondia sensivelmente ao percurso que seguiram as colunas expedicionárias, quando penetraram nas terras dos Kwamatos e Kwanhamas. Assim sendo, o nosso eixo de investigação corria entre Xângongo-Ondjiva e Xângongo-Kwamato.

A longa lista de conflitos no Sul de Angola, deixou igualmente um longo rol de marcas no terreno. É claro que a maioria dos vestígios que se nos revelaram são também os mais recentes, provenientes da longa guerra civil ou ainda mesmo das últimas guerras coloniais. Estas marcas revelaram-se primeiramente através de bens móveis, ou seja, elementos esquecidos, especialmente nos lados da estrada principal (Nacional 372, Xângongo-Ondjiva). Apontamos os primeiros exemplares na comuna da Môngua, no município do Kwanhama. Trata-se de um aglomerado (ou núcleo) de cinco carros de combate abandonados, (mantêm-se a possibilidade de existirem mais nas redondezas). Dentro deste núcleo foram identificados como *Carros de Combate* do 1 ao 5. Todos apresentam evidências de terem sido incapacitados e abandonados em ação. Damos como exemplo o *Carro de Combate 1*, aparentemente um *BTR-60* (designação oficial: *BTR-60 veículo blindado de transporte de pessoal*), de fabrico Soviético, um veículo produzido de 1960 a 1976 e que deveria pertencer a uma coluna armada Angolana (FAPLA). Este exemplar apresenta dois orifícios nas laterais, que evidenciam o ponto de entrada e saída de um projectil (de um outro carro blindado), que penetrou pelo lado esquerdo, quase na traseira do veículo e que saiu do lado oposto. Isto é comprovado pela forma como o metal se dobra para o interior do carro no lado esquerdo e revira para fora no lado direito.



Ilustração 05 - BTR-60 de fabrico soviético, na estrada da Môngua. Foto de Jorge Guimarães.

Encontramos mais dois *BTR-60* nas proximidades, um deles ainda com uma metralhadora de torre, de 14.5 mm (?). O último veículo parece ser um *BTR-152*, também soviético, de transporte de pessoal, que apresenta apenas a carcaça. Pela proveniência dos veículos parece que estamos perante os restos de uma força armada Angolana, que combateu durante a Guerra Civil (1975 – 2002).



Ilustração 06 - BTR-152, junto à estrada da Môngua. Foto de André Serdoura.

Durante o percurso foi possível registar mais um núcleo de carros de combate abandonados e alguns outros isolados, que foram registados na categoria de *Carro de Combate isolado*. Enfatize-se novamente que todo o registo procedeu de forma não intensiva. É muito provável que, ao criar-se uma grelha de prospeção sistemática nos deparemos com mais alguns exemplares. O primeiro carro isolado com que a equipa se deparou foi um *tanque T-55* Soviético, a poucos metros do lado da estrada. Os motivos para o abandono deste carro são menos seguros, não se tendo verificado nenhum ponto de impacto ou perfuração de projétil. É possível que tenha sido deixado por avaria mecânica, ou por problemas com os trilhos (ambos os trilhos estão partidos). Deparamo-nos então com apenas uma carcaça, tendo a maior parte dos componentes mecânicos desaparecido, tal como a metralhadora de topo de torre. Ainda existe a peça principal (de 115 mm?).



Ilustração 07 - T-55 (estrada da Môngua). Foto de André Serdoura.

Este tanque, junto com o seu antecessor (o T-54) tornaram-se na família de carros de combate mais importante «no pós segunda guerra mundial, quanto mais não fosse pelo seu elevado número de produção» (Zaloga, 2004: 3). Os T-54/55 foram aplicados e espalhados pelo mundo de apoio Soviético, «Africa tem visto uso extensivo do T-54 e T-55 desde os pontos mais a norte do Sahara [...] até aos pontos mais a Sul em Angola e na Namíbia» (Zaloga, 2004: 41).

Existem mais exemplares, mas não serão aqui exaustivamente expostos.

Quanto a material de superfície relacionado com esta época mais recente, podemos afirmar que existe uma dispersão bastante rica. É o caso da *Chana do Mufile*, a grande clareira que nos é descrita na ocupação dos Kwamatos (1907) e onde se desenrolou uma das mais famosas batalhas entre o exército colonial e os povos Ovambo. Na verdade, vestígios arqueológicos deste combate não foram detetados no pouco tempo de prospeção de que a equipa dispunha, mas foram detetados outros, mais recentes de uma ação militar ligada ao conflito civil ou colonial recente. Na zona Sul da Chana (em direção ao Kwamato) existem dispersos pelo terreno vários fragmentos de morteiro, projéteis não detonados, cartuchame, fragmentos de algumas armas (canos de metralhadora) e peças diversas. A juntar ao panorama podemos acrescentar algumas crateras já alteradas pela ação do vento e chuva. Na proximidade mantêm-se de pé o sóbrio obelisco comemorativo do combate do Mufile, apenas com um orifício perto do topo, onde um projétil decerto acertou, rodeado de alguns estilhaços. Este monumento, vandalizado, assinala o ponto próximo de onde existiria o cemitério para os que tombaram em combate.



Ilustração 08 - Fragmento de projétil de obus ou blindado.
Chana de Mufile, Kwamato. Foto de André Serdoura.

A intervenção arqueológica no Mufile seria um perfeito exemplo de arqueologia de combate, havendo aqui hipótese de comparação entre dados físicos e históricos e melhor compreensão do desenrolar do confronto. Uma prospeção intensiva e implantação de sondagens de diagnóstico pode evidenciar linhas de trincheiras, linhas de atiradores, cartuchame e material

perdido, bem como restos osteológicos, tanto na chana como nos arredores, pois a descrição que nos é dada indica que os corpos dos Kwamatos não seriam recolhidos após o combate, ficando à mercê da vida selvagem e intempérie. E claro que seria importante descobrir o assentamento do famoso forte do *Mufilo/Aucongo*, que passou a servir de base de apoio ao resto da coluna expedicionária. Esta estrutura, que terá caído em desuso após a primeira guerra mundial, era construída originalmente por fosso e parapeito em terra (tipo adobe), com dois baluartes circulares (ao contrário do F. Roçadas que teria quatro), que seriam guarnecidos por peças de artilharia. Uma investigação eficaz poderia revelar realmente o tempo útil de uso da estrutura, a sua importância estratégica e quanto os limites da própria chana mudaram (comparando com as medidas e distâncias que nos são dadas em descrições).

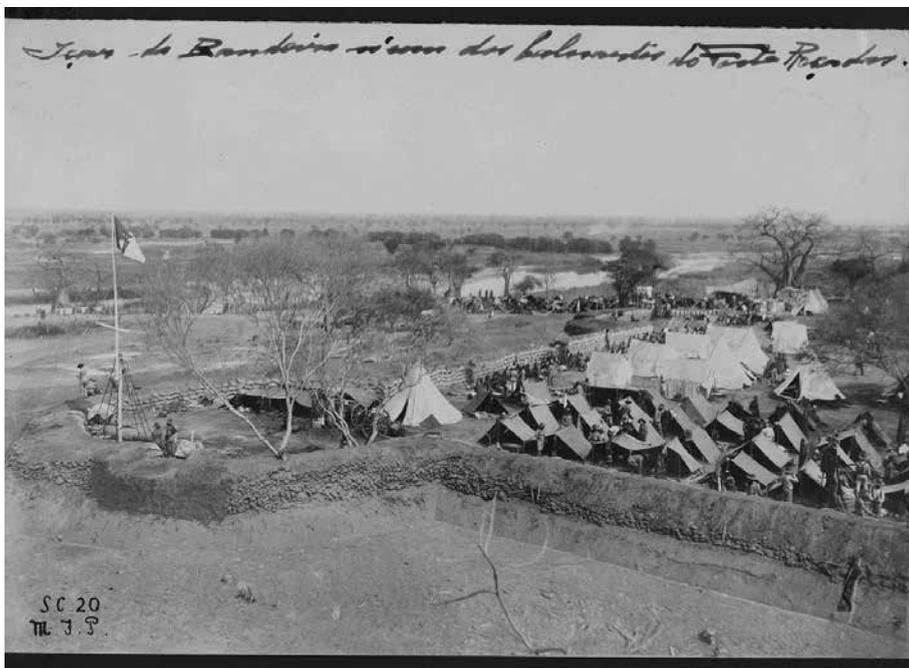


Ilustração 09 - Içar da bandeira no Forte Roçadas. Fundação Mário Soares.

Outro ponto fulcral na história da província do Kunene é o alto de *Xângongo*. Mítico local de travessia do Kunene, passou a ser a porta de penetração para o Kwamato e Kwanhama. Aí se instalou, sobranceiro ao rio, o Forte Roçadas (batizado com o nome do Alves Roçadas, militar encarregue da ocupação do Kwamato).

O aspeto geral do forte mudou muito desde a sua inauguração (1906), sendo adaptado ao longo da sua história e terá estado em uso até época recente (década de 2000?). Atualmente pertence a um privado que utiliza o terreno como armazém. O local, para efeitos de investigação, foi nomeado como *complexo Roçadas*, visto ser necessária uma identificação mais exaustiva dos edifícios ainda existentes e limites reais do forte. Existe, porém, um elemento curioso que servirá como ponto de referência e é de facto, elemento histórico de interesse: o famoso Embondeiro que se erguia junto ao forte (lado Sul) e que na remodelação passou a fazer parte da praça de armas.



Ilustração 10 - Embondeiro no forte Roçadas em 1907. Fundação Mário Soares.



Ilustração 11 - Embondeiro no forte Roçadas 2015. Foto de Jorge Guimarães.

Quando foi feita a prospeção a enorme árvore ainda existia, com marcas gravadas ao longo dos anos na sua casca. Graças ao Embondeiro é possível localizar o ponto onde se instalara o forte original e a sua dimensão aproximada. Neste momento podemos dizer que os edifícios em ruínas ou a área principal de armazém, que lá se encontram, estão sobre o traçado primitivo. Estas estruturas em betão armado e grades nas janelas, segundo foi dito pelo guarda local, seriam da antiga prisão que ali funcionava. A área de armazém é composta por estruturas metálicas (de afetação ligeira do terreno?) e aqui seria de esperar a abertura de sondagens em pontos específicos, em redor das estruturas mais recentes para recolher provas arqueológicas sobre a sua construção e descobrir se ainda existem vestígios do antigo forte e/ou materiais.



Ilustração 12 - Vista do Kunene em 1907 - Arquivo Histórico Ultramarino.



Ilustração 13 - Vista do Kunene em 2015. Foto de Jorge Guimarães.

Não nos podemos focar só nos vestígios de tropas Europeias. Ainda dentro do contexto das Campanhas do Kwamato e Kwanhama devemos falar da forma como era organizada a defesa pelos que lá estavam para conter o exército colonial. Assistimos a uma forma de guerra com um toque de modernidade não só por parte deste mas dos próprios africanos. Longe da imagem dos velhos *Zulus* que recorriam à famosa tática envolvente, os grupos Kwamatos e Kwanhamas enveredaram por uma forma mais parecida com a guerrilha moderna. Ao lermos sobre o avanço do dispositivo em quadrado pelas chanas, percebemos o fogo a que eram sujeitas as tropas europeias, e quão altamente móveis eram os guerreiros Kwamatos. Já não assistimos a grandes formações do que os autores chamam de *guerra preta*, e testemunhamos formações fluídas, que se escondem da vista das linhas de fogo e espalham atiradores dissimulados no mato. A eficácia desta tática ficou bem patente no Vau do Pembe (1904) quando uma coluna foi dizimada por atiradores escondidos no mato. Temos também descrições de guerreiros Kwamatos a cavalo, possivelmente chefes ou guerreiros próximos do Soba.

Acontece que face a um dispositivo fechado como o quadrado português e neste caso, altamente eficaz e altamente armado, a guerrilha do Kwamato e Kwanhama apenas conseguiu adiar a ocupação da sua terra. Mas antes disso ainda iriam sustentar as investidas nos seus redutos *fortificados*, os seus *Ehumbos* (ou *Embalas*).

Os Ehumbos são complexos habitacionais, quase labirínticos, que delimitam uma unidade familiar. Analisemos a habitação Kwanhama, que se afigura idêntica à do Kwamato. A verdade é que esta semelhança pode resultar das ocasionais razias que seriam feitas entre tribos, apesar do autor Lino Silva crer que as razias sejam algo recente entre essas tribos. É possível que *raids* vindos do lado do Humbe ou Huíla possam ter estado na génese do aspeto geral da habitação no Sul de Angola. Lino Silva descreve-nos da seguinte forma as relações entre Kwamatos-Kwanhamas e Kwanhamas entre si:

«todos os agregados apresentam aspecto fortificado e não só os da borda da terra cuanhama. O início das razias organizadas contra povos vizinhos deve ser de origem mais recente que o da constituição do eumbo e provavelmente coincide com uma maior coesão do grupo» (Silva, 1975: 63-64).

Tal como o mesmo autor refere, já em meados do século XIX alguns colonos observavam este hábito (Silva, 1975: 64), remontando a origem destas incursões à época pré-colonial, como se viu. Ora a casa Kwanhama (e a Kwamata por assim dizer) descreve-se com

«aspecto de fortificação, toda cercada, numa extensa circunferência, de paus grossos colocados a pique, muitas vezes com a extremidade superior aguçada. A entrada estreita tem o acesso dificultado pela existência de uma forquilha que se destina a impedir a penetração dos bovinos [...] cada pessoa ocupa uma célula do agregado, do qual se separa por paliçada alta e forte [...] a comunicação entre as várias células individuais, entre si e com o exterior, faz-se através de inúmeros corredores, com uma feição labiríntica» (Silva, 1975: 74-75).

Em suma isto é o que nos é descrito quando as forças portuguesas entraram na *embala* real do Kwamato Pequeno.



Ilustração 14 - Estrutura habitacional Kwanhama, no interior de um Ehumbo. Foto André Serdoura.

Não querendo tornar esta descrição física demasiado exaustiva, termina-se estas referências à província do Kunene apelando à abertura das pesquisas no Sul de Angola, visto o clima ser propício à preservação dos elementos arqueológicos e arquitetónicos e a intervenção humana recente ainda ser reduzida.

Considerações finais

Dada a fase atual de grande desenvolvimento nas técnicas e tecnologias de registo arqueológico, faz todo o sentido aplicar-se as mesmas ao território Angolano, e em particular ao sul. Como podemos comprovar, desde épocas remotas, que nos legaram os recintos amuralhados, as gravuras de Tchitundo-hulo ou os abrigos de bosquímanos no Namibe, até à época de expansão colonial e de desenvolvimento industrial e urbano, existe no Sul de Angola uma grande variedade de vestígios que interessam preservar e registar. Voltamos a enfatizar neste artigo a importância da atualização da carta arqueológica de Angola através de recorrentes programas de prospeção, que inclusive abrangem a população local e que incentivem à participação local, antes sequer de se programar intervenções arqueológicas. Foi com este intuito que surgiu o projeto do *KartKun* e *KartNam*, ambos vocacionados para a prospeção das Províncias do Kunene e Namibe, cujo lançamento ocorreu em setembro de 2015, mas com expressão apenas para a zona do Kunene. Espera-se que estes projetos voltem a ter expressão e apoio, de forma até ser possível aplicar novas tecnologias referentes a levantamentos em 3D, na base da fotogrametria. Esta tecnologia em rápido desenvolvimento e aplicação nos contextos mais desenvolvidos da arqueologia pode ser aplicado a inúmeros contextos, desde os Recintos Murados, a levantamento de Ehumbos tradicionais, Monumentos e mesmo peças móveis, como recipientes cerâmicos, materiais líticos etc., permitindo uma remontagem virtual dos objetos. Isto é de grande importância, pois permite um registo extremamente detalhado, que a fotografia básica não permite. Podemos ter, à distância de um clique, uma experiência virtual, de visitar uma Embala tradicional ou manusear um pote cerâmico Kwanhama. O resultado destes levantamentos deve ser publicado numa base de dados, acessível a todos, promovendo a divulgação da cultura e história dos povos de Angola.

Fontes documentais

CIA-RDP85T00339R000300210001-9 (2009), declassified folder, National Photographic Interpretation Center, (CIA. GOV).

The BTR Handbook – the universal (2013), APC, Complex Operational Environment and threat integration directorate (CTID), US Army.

Referências bibliográficas

Albuquerque, Luís (1989), *Angola no Século XVI*, Ed., Lisboa: Alfa.

Almeida, António de (1960), França, Camarate, *Recintos Muralhados de Angola*, Memória – Junta de Investigação do Ultramar, 2.ª Série, n.º 16.

Almeida, João de (1912), *Sul d'Angola – relatório de um governo de distrito (1908-1910)*, Lisboa: Typ. do Anuario Commercial.

Anacoreta, Miguel; Ornelas, Maria Eleutéria (2014), *Namibe: Terra da Felicidade*, Governo Provincial do Namibe, Luanda: Ed. Chá de Caxinde.

Bicho, Nuno Ferreira (2006), *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*, Lisboa: Ed. 70.

Castle, Ian (2003), *British Infantryman in South Africa – 1877-81*, Oxford: Osprey Publishing.

Castro, Alferes Velloso de (1908), *A Campanha do Cuamato*, Luanda: Imprensa Nacional.

Felner, Alfredo de Albuquerque (1940), *Angola: Apontamentos sobre a colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola*, Vol. II e III, Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Gonzaga, Norberto (1963), *História de Angola 1482-1963*, Edição do C.I.T.A - Fundo de Turismo e Publicidade.

Jorge, Vítor Oliveira (1978), *Alguns elementos para o Estudo dos Recintos Muralhados do Planalto da Humpata (região da Huila, Sudoeste de Angola)*, Revista Guimarães, Barcelos: FCUP.

____ (1976), *Breve introdução à Arqueologia de Angola*, Revista Guimarães, Barcelos: FCUP.

M'Bokolo, Elikia (2003), *África Negra: História e Civilizações*, tomo I e II, Lisboa: Vulgataed.

Lima, Maria Helena (1991), *Roçadas: o grande soldado (II)*, Baluarte n.º 6, Novembro-Dezembro.

Péllissier, René (2006), *As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941*, Lisboa: Ed. Estampa.

____ (1986), *História das Campanhas de Angola 1845-1941*, Vol. I & II, Lisboa: Ed. Estampa.

Regalado, Jaime Ferreira (2004), *Cuamatos 1907: Os bravos do Mufilo no Sul de Angola*, Lisboa: Ed. Tribuna.

Renfrew, Colin; Bahn, Paul (2004), *Archaeology – Theories, Methods and Practice*, Thames & Hudson.

Rodrigues, Adriano Vasco (1968), *Construções Bantas de Pedra, em Angola*, Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola, vol. 5, n.º 2, Luanda.

Santos, Maciel Morais et al (2015), *Africana Studia – Revista Internacional de Estudos Africanos. África: Arqueologia e Paisagem*, n.º 24, CEAUP: Porto.

____ (2013), *Africana Studia – Revista Internacional de Estudos Africanos. Arqueologia em Angola: Retrospectivas e perspectivas*, n.º 20, CEAUP: Porto.

- Silva, J. Lino da (1975), *Habitat e aspectos vários da vida Cuanhama*, Finisterra: Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia, vol. 10, n.º 19, Lisboa.
- Waals, W.S. Van der (2015), *Guerra e Paz – Portugal/Angola: 1961-1974*, Alfragide: Casa das Letras.
- Zaloga, Steven J. (2004), *T-54 and T-55 Main Battle Tanks 1944-2004*, United Kingdom: Osprey Publishing.